

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	16



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Segue abaixo os principais riscos de mercado aos quais a ELETROPAR está exposta:

I - Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II - Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras das Companhias são representadas pelo investimento em fundo extra mercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III - Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

Considerando a aplicação financeira mantida no fundo extra mercado mantida no Banco Brasil cuja meta de rentabilidade é a taxa média da SELIC e que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou receita financeira de R\$ 6.150.

Análise de sensibilidade

	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
	9,6%	8,0%	11,0%	9,0%
<i>Rendimento das Aplicações Financeiras</i>	<i>6.150</i>	<i>5.732</i>	<i>7.882</i>	<i>6.449</i>



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5. Riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)

Não houve.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)

Não houve.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

Não houve.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não há.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não aplicável.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5. Riscos de mercado

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pelo seu baixo endividamento e alta liquidez e rentabilidade, como se identifica a seguir:

	2012	2011	2010
Liquidez Geral	3,22	1,92	1,93
Liquidez Corrente	16,56	12,59	16,73
Endividamento total sobre Ativo	11,57%	16,77%	1,75%
Retorno do Patrimônio Líquido	8,25%	11,71%	11,29%
Margem Líquida	96,70%	116,9%	89,65%

No exercício findo em 2012, identifica-se que 96,5% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2012	2011	2010
Capital de Terceiros	11,85%	16,93%	15,13%
Capital Próprio	88,15%	83,07%	84,87%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de apenas 0,11% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 63 milhões em 31 de dezembro de 2012.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2012, observa-se a redução de 11,0% da rubrica caixa e equivalente de caixa em virtude, principalmente na queda na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio pelas empresas investidas da Companhia. Fato que também explica a redução de 63,9% na rubrica de remuneração dos investimentos.

Em relação à rubrica de ativos fiscais a compensar (circulante e não circulante), é possível verificar a ocorrência de um crescimento na ordem 31,9%. Tal crescimento é explicado pelo acúmulo de créditos fiscais decorrentes, em grande parte, da retenção na fonte sobre o rendimento da aplicação financeira, que não foram integralmente utilizados em função da redução do resultado tributável da Companhia.

No que se refere à rubrica de investimentos, nota-se que houve uma redução de 30,9%, ocasionada pela queda no valor de mercado dos investimentos mantidos pela Companhia, sobretudo na investida Eletropaulo, cujo valor de mercado em 31.12.2012 montava em R\$ 35 milhões e em 31.12.2011 apresentava saldo de R\$ 76 milhões.

A respeito da rubrica intangível, registra-se um crescimento da ordem 69,91% que decorre da aquisição de software de gestão contábil e fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no exercício de 2012, lucro líquido no valor de R\$13.335, inferior em 43,6% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa atingiu o valor de R\$ 23.655.

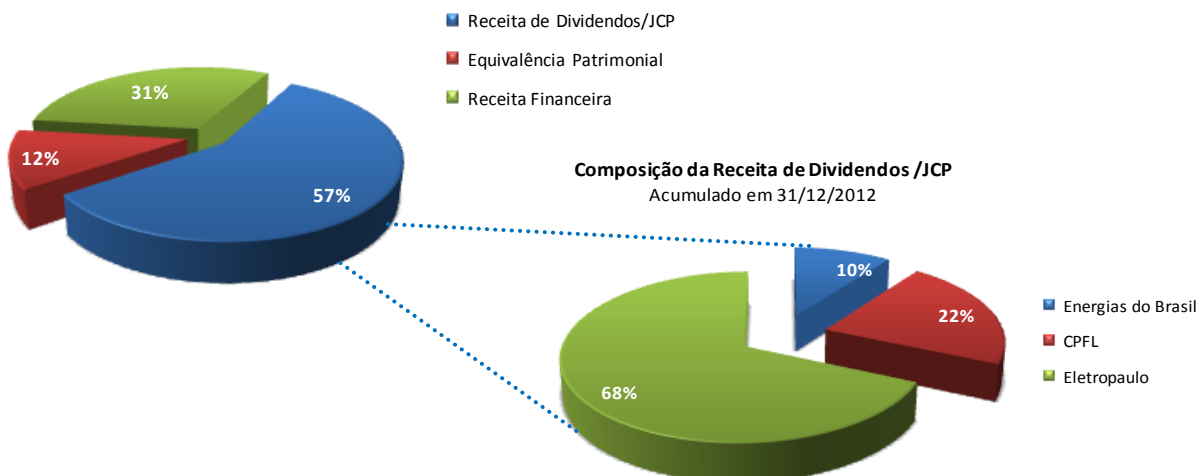
As Receitas Totais de 2012, no montante de R\$ 19.940, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 27,8% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2011, estas no montante de R\$ 27.618.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CFPL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2012:

Gráfico 1: Composição da Receita Operacional

Composição da Receita Operacional
Acumulado em 31/12/2012



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Gráfico 2: Comparativo 2012 versus 2011 - Receitas Totais

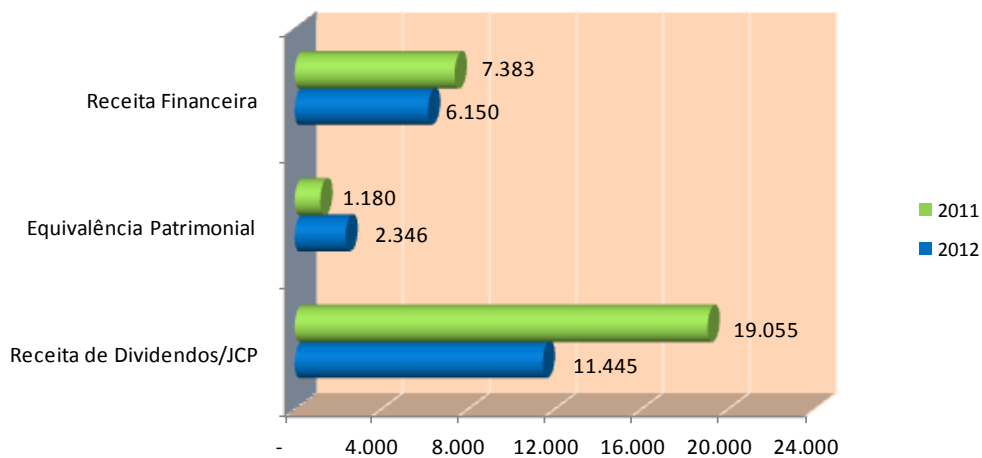
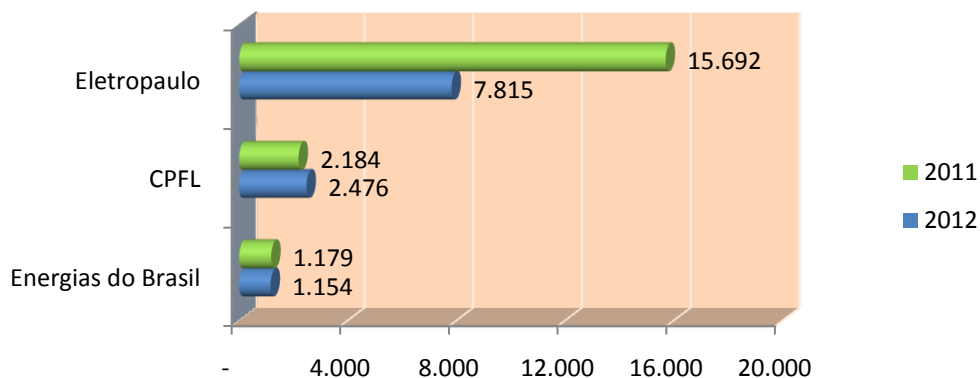


Gráfico 3: Comparativo 2012 versus 2011 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2012, no montante de R\$ 5.120, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 22,21% quando comparado ao apurado no exercício de 2011, cujo valor foi de R\$ 6.583. Tal efeito pode ser explicado por dois fatores: a queda no volume de aplicações (devido à queda no recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de nossas investidas) e na taxa Selic que remunera o fundo extramercado.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 5.072, em 2012, observa-se um aumento na ordem de 163,41%, em relação ao exercício de 2011, quando seu valor foi de R\$ 1.925. Importante ressaltar que no ano de 2011, foi reconhecido o montante líquido de R\$ 2.345, referente à reversão de provisões. Assim, caso tal reversão não tivesse sido realizada as despesas operacionais em 2011 totalizariam R\$ 4.270. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2012 com o de 2011 (ajustado sem o efeito da reversão líquida) mostraria um crescimento na ordem de 23,65%.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

- c. eventos ou operações não usuais

Vide itens 10.1, letra "h" e 10.4, letra "a".



10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em relação às aquelas aplicadas no exercício anterior

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2012, constam as seguintes ressalva e ênfase:

Base para opinião com ressalva

A Companhia tem investimento na EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., uma coligada avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.182 mil e o prejuízo produzido pela participação da Companhia no prejuízo da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. no exercício é de R\$ 1.777 mil. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2012 e ao prejuízo por ela produzido no exercício findo nessa data, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras, à administração e aos auditores independentes da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A, sendo que essa coligada é afetada pelos efeitos da Lei 12.783/13 referente a renovação de concessões. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso tivéssemos obtido evidência de auditoria.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a investida CTEEP possui ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (efeito na Eletropar - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

No caso da investida EMAE, objeto de ressalva, é necessário destacar que a Eletropar detém 1,42% de participação sobre seu capital social. A avaliação por meio do método da equivalência patrimonial se dá, pelo fato, de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nessa mesma empresa investida que a caracteriza como sua coligada. Nesse contexto, a Administração da Eletropar não possui meios que lhe permitam qualquer ingerência sobre a administração de sua investida, de modo que seja possível a obtenção de informações financeiras de forma antecipada permitindo o reconhecimento da equivalência patrimonial.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Contudo, na ressalva apresentada por nossos auditores independentes, apesar de a Companhia ter realizado o reconhecimento da equivalência patrimonial na referida empresa investida (a partir de suas informações financeiras divulgadas ao mercado no dia 22 de março de 2013), foi alegado a inexistência de tempo hábil para que fossem realizados os procedimentos, por parte de nossos auditores, da revisão dos papéis de trabalho junto aos auditores dessa investida.

Em relação à ênfase apresentada por nossos auditores independentes, a Administração da Eletropar entende que não há necessidade de se realizar o reconhecimento de qualquer redução no valor do investimento em relação aos ativos de transmissão mantidos pela investida CTEEP. Entendemos que a divulgação em nota explicativa (vide nota explicativa às Demonstrações Financeiras, nº 9) da situação apresentada na ênfase de nossos auditores é suficiente para o adequado entendimento das Demonstrações Financeiras da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.



10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2012, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PricewaterhouseCoopers não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Comentários/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não há.
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não há.
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não há.
 - iv. contratos de construção não terminada
Não há.
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não há.
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não há.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.